

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social - ASCOM

Destaque: Matérias que citam o ministro Fernando Coelho Filho ou o MME:

Valor Econômico

Título: Empecilhos à venda da Eletrobras dificultam retomada de Angra 3..... 20

Sumário

VEÍCULO: O Globo.....	3
Título: Eletrobras: AGU recorre de suspensão de venda	3
Título: Parente discute hoje no TCU acordo com investidores.....	4
Título: Notas	6
Título: Taxação de aço causa racha entre ministérios	6
Título: Bancos miram infraestrutura	7
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	9
Título: Renovação energética.....	9
Título: Governo recorre de liminar contra privatização da Eletrobras	10
Título: Total paga Petrobras para reforçar presença no Brasil	12
Título: Odebrecht Óleo e Gás muda nome para Ocyan	13
Título: Proteção a aço importado não afeta inflação.....	14
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo.....	15
Título: Oportunidade com o Rota2030	15
Título: Disputas podem empurrar para 2019 privatização da Eletrobras.....	17
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	19
Título: AGU e Câmara tentam destravar Eletrobras	19

VEÍCULO: Valor Econômico	20
Título: Empecilhos à venda da Eletrobras dificultam retomada de Angra 3.....	20
Título: AGU recorre e tenta destravar privatização da estatal	22
Título: Defesa de Dilma acusa Cerveró de fraude em Pasadena	23
Título: Migração energética para renováveis terá impactos geopolíticos.....	26
Título: Destaques	28
Título: Odebrecht Óleo e Gás muda nome e estratégia	30
Título: Petrobras conclui venda de ativos para Total.....	31
Título: Enxurrada de ações no caminho da Samarco	33
Título: Etanol brasileiro pode perder mercado do Japão para os EUA	34

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: Manoel Ventura****Título: Eletrobras: AGU recorre de suspensão de venda**

Advocacia-Geral da União destacou "efeitos danosos" às contas públicas

A Advocacia-Geral da União (AGU) recorreu ontem ao Supremo Tribunal Federal (STF) contra a decisão de um juiz de Pernambuco que suspendeu um artigo da medida provisória (MP) que autoriza a privatização da Eletrobras e suas subsidiárias. O juiz Cláudio Kitner, da 6a. Vara da Justiça Federal no estado, anulou na semana passada os efeitos do artigo 3º da MP 814, que permite a venda da estatal e suas controladas, passo necessário para que a empresa contrate os estudos para a desestatização.

Na reclamação, a AGU afirma que, ao suspender o dispositivo da MP, o magistrado realizou controle da constitucionalidade, o que é uma competência exclusiva do STF. Em nota, ressaltou que a liminar foi concedida "sem refletir sobre os efeitos danosos de sua decisão, que colidem com o interesse público de minimizar o déficit nas contas públicas"!

RISCO ÀS RECEITAS PREVISTAS

A pasta alerta que a decisão representa um risco para a ordem econômica, uma vez que o Orçamento de 2018 prevê R\$ 18,9 bilhões de receitas do setor elétrico, sendo R\$ 12,2 bilhões relacionados às concessões de usinas da Eletrobras — que dependem da privatização da empresa. Além de ir ao STF, a AGU informou que entrou com recurso junto ao Tribunal Regional Federal da 5ª Região.

A Câmara dos Deputados também protocolou ontem um pedido no STF para derrubar a decisão do juiz. Os processos foram distribuídos para o ministro Alexandre de Moraes, que está de recesso até fevereiro. Durante esse período, no entanto, a presidente da Corte, ministra Cármen Lúcia, pode tomar uma decisão.

AÇÃO DE TRABALHADORES

Em outra frente, representantes de sindicatos de trabalhadores da Eletrobras entraram com ação popular em que pedem à Justiça que o governo seja impedido de contratar empresas para realizar os estudos de avaliação necessários para a privatização da estatal, informou a Federação Nacional dos Urbanitários (FNU). A ação foi protocolada na Justiça Federal em Brasília.

O governo anunciou, em agosto de 2017, um plano para privatizar a Eletrobras até o fim deste ano. O modelo proposto pelo governo precisa passar pelo Congresso. Antes de enviar esse projeto, porém, o governo editou a MP 814 para permitir que a estatal contrate os estudos necessários para a privatização, com o objetivo de agilizar o processo e concluir a operação ainda neste ano.

A medida provisória foi publicada pelo presidente Michel Temer no fim de dezembro. Ela retira de uma lei que trata do setor elétrico a proibição de privatizar a Eletrobras e suas controladas — Furnas, Companhia Hidroelétrica do São Francisco (Chesf), Eletronorte, Eletrosul e a Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica (CGTEE).

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Manoel Ventura e Ramona Ordóñez

Título: Parente discute hoje no TCU acordo com investidores

Área técnica do tribunal quer mais detalhes sobre operação bilionária

- O presidente da Petrobras, Pedro Parente, tem uma série de reuniões hoje em Brasília para explicar a ministros do Tribunal de Contas da União (TCU) o acordo de US\$ 2,95 bilhões firmado pela empresa com investidores americanos, como antecipou o colunista do GLOBO Ancelmo Gois. A área técnica do tribunal iniciou uma análise sobre as bases do acordo fechado pela estatal para encerrar a ação conjunta que estava sendo movida contra a empresa nos Estados Unidos devido à Operação Lava-Jato.

Num episódio revelado pelo colunista do GLOBO Lauro Jardim, quando o acordo foi comunicado ao mercado, no último dia 3, Parente e o diretor financeiro da estatal, Ivan Monteiro, passaram o dia falando por telefone com várias autoridades do governo e com ministros do TCU.

Na ocasião, eles foram informados dos motivos que levaram a Petrobras a aceitar ressarcir detentores de American Depositary Receipts (ADRs, certificados de ações emitidos por instituições financeiras dos EUA) da empresa por perdas com os desvios de recursos no esquema de corrupção investigado na Lava-Jato. A estatal, porém, reforçou sua posição de vítima e não sinalizou a intenção de fazer o mesmo no Brasil.

Mas, segundo fontes, alguns ministros do TCU não teriam ficado satisfeitos e sugeriram que o presidente da Petrobras fosse pessoalmente detalhar o acordo. Parente vai se reunir hoje com o presidente do TCU, Raimundo Carreiro, e os

ministros Aroldo Cedraz e Benjamin Zymler. O TCU poderá analisar o acordo, apesar de este ter sido assinado nos EUA.

AVALIAÇÃO É PARTE DE PROCESSO

Segundo uma fonte envolvida no assunto, o objetivo dos ministros do TCU, por enquanto, não é criar barreiras ao acordo. Eles querem conhecer o assunto em detalhes. Enquanto isso, técnicos do TCU acompanham o andamento do acordo, a fim de avaliar se ele é vantajoso para o país e se é necessário abrir processo específico para a questão.

Até o momento, essa avaliação faz parte de um processo em andamento que analisa as demonstrações financeiras do terceiro trimestre de 2014 da Petrobras. Naquele ano, quando eclodiu a Lava-Jato, a estatal suspendeu, por vários meses, a publicação de seus balanços, aos quais acabou incorporando uma perda de R\$ 6,2 bilhões com corrupção.

A equipe técnica do TCU estuda a conformidade dos atos inerentes à elaboração e à divulgação dessa demonstração, em especial a metodologia utilizada para reconhecimento de perdas em ativos e valor lançado. As perdas registradas em ativos imobilizados no período estão relacionadas aos fundamentos utilizados na ação movida pelos investidores americanos.

Em dezembro, antes de aceitar negociar o acordo com a Justiça americana, a Petrobras consultou a Advocacia-Geral da União (AGU). Na época, cogitou-se até a possibilidade de a União assumir a defesa da estatal nos EUA, revelou a fonte. Mas, com a chance de um entendimento para pôr fim aos processos — com um custo menor que em caso de derrota — e a possibilidade cada vez maior de ser responsabilizada criminalmente nos EUA, a Petrobras decidiu aceitar o acordo.

VENDA DE CAMPOS

A estatal informou ontem ter concluído a venda de fatias das áreas de Lapa e Iara, no pré-sal na Bacia de Santos, para a petroleira francesa Total, por US\$ 1,95 bilhão. A operação é parte de uma aliança estratégica assinada ano passado, no total de US\$ 2,35 bilhões.

O acordo prevê ainda uma linha de crédito que pode ser acionada pela Petrobras, no valor de US\$ 400 milhões, representando parte dos investimentos da estatal nos campos da área de Iara, além de pagamentos contingentes. A estatal brasileira ficou com apenas 10% do campo de Lapa. Em Iara, a empresa continua como operadora, com 42,5%.

VEÍCULO: O Globo**Seção: Rio / colunas****Autor: Ancelmo Gois****Título: Notas**

Vai que cola

Temer definiu assim a eventual candidatura a presidente da República de Rodrigo Maia: — É do tipo: 'se colar, colou!' É. Pode ser.

Petróleo no Planalto...

Aliás, Temer receberá, dia 31, em Brasília, dirigentes de dez grandes petroleiras que participaram do leilão do pré-sal, em outubro. Vão assinar o contrato de concessão.

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: Eliane Oliveira****Título: Taxação de aço causa racha entre ministérios**

Medidas "antidumping" contra produto chinês e russo criam controvérsia

A três dias da reunião da Câmara de Comércio Exterior (Camex), foi tornada pública, ontem, a divergência entre os ministérios da Fazenda e da Indústria (Mdic) em torno de medidas antidumping às importações de aço da China e da Rússia. A Fazenda divulgou nota alertando que a restrição ao ingresso de aços laminados a quente dos dois países seria prejudicial a outras cadeias produtivas brasileiras e teria impacto de 0,09% no IPCA. Esse posicionamento é contrário à recomendação do Mdic de adoção de um direito antidumping definitivo, com base em investigação feita pela pasta.

O impasse reflete uma briga entre indústrias fornecedoras e consumidoras de aço no Brasil. A nota da Fazenda destaca que, sob a ótica concorrencial, a medida afetaria negativamente os principais consumidores de laminados planos a quente, como os setores automotivo, de autopeças e eletroeletrônico.

O Mdic não se pronunciou sobre a nota, mas confirmou a recomendação de se aplicar direito antidumping, por constatar que o aumento das importações de siderúrgicos causou danos à indústria nacional.

Já o Instituto Aço Brasil divulgou comunicado questionando o fato de a Fazenda emitir um parecer às vésperas da reunião da Camex, onde o tema será discutido. A entidade que representa as indústrias siderúrgicas contestou a avaliação da Fazenda de que medidas antidumping contra empresas chinesas e russas inviabilizariam a importação dos produtos. Um dos argumentos é que existem fontes alternativas, como Índia, Japão e EUA. ().

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: João Sorima Neto e Ana Paula Ribeiro

Título: Bancos miram infraestrutura

Com queda em desembolsos do BNDES, instituições privadas começam a financiar projetos.

Com a queda, nos últimos quatro anos, dos desembolsos do BNDES, os bancos comerciais começam a se estruturar para ganhar terreno no financiamento de projetos de infraestrutura. A inflação baixa, que permite maior previsibilidade em operações de longo prazo, também ajuda. Seja por meio de operações com organismos multilaterais, com fundos de investimento ou mesmo com capital próprio, a participação dos bancos privados no financiamento à infraestrutura tende a crescer. Cálculos da consultoria Inter.B estimam que, este ano, devem ser investidos R\$ 101,5 bilhões em obras de saneamento, estradas, portos, aeroportos e energia elétrica, que terão participação mais significativa das instituições privadas.

Segundo fontes, no Itaú BBA, os recursos destinados a projetos de infraestrutura cresceram 70% entre 2016 e 2017, principalmente para projetos de geração de energia solar e eólica. No ano passado, 43 projetos foram analisados pelo banco, que resultaram em financiamentos da ordem de R\$ 7 bilhões, o equivalente a 10% dos recursos liberados pelo BNDES para projetos em geral.

s perspectivas para as instituições são positivas, com novos leilões, como os do metrô de São Paulo, esta semana, e de geração de energia, previstos para este ano. O Itaú BBA também já mantém conversas com a Corporação Financeira Internacional (IFC, pela sigla em inglês), braço do Banco Mundial para projetos de infraestrutura de longo prazo.

— Claramente, temos percebido na nossa carteira clientes que têm interesse em estudar outras alternativas além do BNDES. Antes, isso não existia, porque a diferença de juros cobrados pelo banco de fomento e pelo mercado era muito

gritante — diz Edson Ogawa, superintendente executivo de Project Finance do Santander.

INFLAÇÃO BAIXA É ESTÍMULO

Na semana passada, o Santander fechou acordo com o Novo Banco de Desenvolvimento, do Brics (grupo formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul). O NBD tem capital de US\$ 100 bilhões para esse tipo de investimento e já tem US\$ 300 milhões aplicados no Brasil.

A China tem entrado com força em projetos de infraestrutura no Brasil, usando recursos próprios de financiamento.

A convergência dos juros até então subsidiados do BNDES — e imbatíveis para a concorrência — para taxas de mercado é um dos fatores que está colocando os bancos no jogo. Ogawa, do Santander, observa que o custo de operação do BNDES é de IPCA mais 2,7% ao ano. O do mercado, IP-CA mais 4,7% ao ano. Ainda é uma diferença substancial, mas que tende a diminuir com o início da utilização da nova Taxa de Longo Prazo (TLP) a partir deste ano. O período de transição será de cinco anos, e, ao término desse prazo, os juros do BNDES serão equivalentes à taxa básica de juros (Selic), hoje em 7% ao ano.

Consultado, o Bradesco informou, em nota, ter "todos os instrumentos e linhas disponíveis no mercado para investimento em projetos de infraestrutura."

João Augusto Salles, especialista da consultoria Lopes Filho, observa que os bancos sempre hesitaram em entrar em financiamentos de longo prazo, no passado, porque a inflação alta tirava qualquer previsibilidade de retorno. Além disso, diz Salles, há riscos como atraso das obras ou problemas ambientais. Por isso, os bancos tendem a financiar esses projetos por prazos mais curtos.

— Mas, com os problemas fiscais do governo, que impactam os recursos disponíveis no BNDES para empréstimos, a tendência é que os bancos entrem com mais ênfase nesses projetos, emprestando por prazos entre dois e cinco anos e depois rolando essa dívida — diz Salles, lembrando que o BNDES ainda é a principal fonte para projetos de longo prazo.

Para Cláudio Frischtak, presidente da consultoria Inter.B, especializada em infraestrutura, a retração nos desembolsos do BNDES já vem sendo ocupada pelo mercado de capitais, com fundos de private equity e a emissão de debêntures incentivadas, criadas para financiar obras. O Pátria Investimentos, lembra, venceu com lance de quase R\$ 1 bilhão o leilão de um trecho de 574 quilômetros de rodovias no interior de São Paulo ano passado, no qual investirá R\$ 3,9 bilhões.

— Agora, os bancos comerciais também começam a ocupar mais esse espaço. Estava todo mundo viciado em títulos do governo com juros altos. Com a queda da Selic, bancos, fundos de pensão e seguradoras terão que procurar alternativas com um pouco mais de risco para ter retornos melhores — diz Frischtak, lembrando que os investimentos em infraestrutura no país em 2017, de 1,37% do Produto Interno Bruto (PIB), ainda ficaram abaixo do patamar mínimo necessário, de 2,3% do PIB, apenas para compensar as depreciações.

Dados da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima) corroboram o avanço de novas fontes de financiamento. As emissões de debêntures (títulos de dívida) de infraestrutura, que dão isenção de Imposto de Renda para as pessoas físicas, totalizaram R\$ 8,8 bilhões no ano passado, praticamente o dobro de 2016.

Procurado, o BNDES informou que vem criando mecanismos para incentivar a participação do setor privado no financiamento à infraestrutura, como o compartilhamento de garantias da obra com os bancos, evitando que os tomadores de crédito tenham de apresentar contrapartidas adicionais. Segundo o BNDES, os desembolsos caíram porque houve menos leilões de concessão ou privatização.

— Além disso, com muitas empresas que investiam em infraestrutura investigadas na Lava-Jato, a demanda por empréstimos caiu — explica a diretora de Infraestrutura do BNDES, Marilene Ramos. O BNDES projeta, entre desembolsos e contratação para o biênio 2018/2019, destinar R\$ 54 bilhões à infraestrutura.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Editorial

Autor:

Título: Renovação energética

O ritmo de crescimento das energias renováveis não cessa de surpreender. Seu avanço já se alimenta de forças de mercado, e elas não dependerão mais de subsídios para sustentar a transição prevista no Acordo de Paris para mitigar a mudança do clima global.

As que mais se destacam são eólica (eletricidade obtida do vento) e solar fotovoltaica (luz do sol), estrelas do que se convencionou chamar de fontes alternativas.

O motor por trás da incipiente revolução é a queda nos preços, como indica relatório da Agência Internacional de Energia Renovável (Irena, na sigla em

inglês). Intitulado "Custos da Geração de Energia Renovável", o documento prevê que em 2020 a energia verde se torne competitiva diante da extraída de combustíveis fósseis.

Carvão, gás e óleo são hidrocarbonetos formados a partir de restos de organismos. São recursos finitos, assim como o urânio, mas que têm sobre este a desvantagem de emitir dióxido de carbono (gás do efeito estufa) quando queimados.

Hoje a participação das renováveis no mercado global de eletricidade fica em torno de 23%. O restante cabe a usinas termelétricas movidas a fontes fósseis e, em segundo plano, energia nuclear.

No Brasil a proporção se inverte: mais de 80% de renováveis na oferta de energia elétrica. Sobressaem as fontes hidrelétrica (65%), de biomassa (principalmente bagaço de cana, 9%) e eólica (7%).

De acordo com o estudo da Irena, projetos novos que usam a fonte renovável com tecnologia mais estabelecida, hidrelétricas, geram energia a um custo médio global da ordem de cinco centavos de dólar por quilowatt-hora (US\$ 0,05/kWh). A eletricidade eólica a segue de perto, com US\$ 0,06/kWh.

A solar fotovoltaica custa o dobro, US\$ 0,10/kWh, mas sofreu uma redução de 73% desde 2010. Foi a modalidade que mais se beneficiou dos novos desenvolvimentos tecnológicos e da economia de escala propiciados pelos incentivos maciços do governo chinês a essa indústria.

Estima-se que entre 2010 e 2020 o custo da eletricidade fotovoltaica cairá 35% a cada duplicação da capacidade instalada. Bem à frente da redução esperada na fonte eólica (21% para turbinas instaladas em terra, como as que despontam no Nordeste brasileiro, e 14% para as que ficam em alto mar).

Não faltam sol e vento no Brasil, que encontra obstáculos crescentes para instalar novas barragens onde ainda há grande potencial hidrelétrico, a Amazônia.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Reuters

Título: Governo recorre de liminar contra privatização da Eletrobras

O governo do presidente Michel Temer pediu na Justiça a derrubada de liminar contra uma medida provisória que tem como objetivo viabilizar a privatização da Eletrobras, de acordo com comunicado no site da Advocacia-Geral da União (AGU) nesta segunda-feira (15).

A Justiça Federal em Pernambuco decidiu na semana passada suspender um mecanismo da MP 814 de 2017 que cancelava vetos à desestatização da Eletrobras e suas subsidiárias. Publicada no final do ano passado, a medida tinha como objetivo permitir ao governo a contratação de estudos necessários ao negócio.

Autoridades já haviam adiantado que o governo iria recorrer e que a contratação dos estudos é fundamental para evitar riscos de o plano de privatização da elétrica não ser concluído ainda em 2018, como planeja o governo.

Como o orçamento da União para este ano já prevê uma arrecadação de R\$ 12,2 bilhões associada à privatização da elétrica, a AGU alegou que a liminar foi concedida "sem refletir sobre os efeitos danosos de sua decisão, que colidem com o interesse público de minimizar o déficit nas contas públicas".

"O objetivo da MP é tão somente permitir a elaboração de estudos sobre a situação econômica e financeira da estatal", ressaltou a AGU, que destacou ainda planos do governo de enviar ao Congresso Nacional até fevereiro um projeto de lei para discutir o assunto.

Em separado, a defesa da União ainda entrou com uma reclamação junto ao Supremo Tribunal Federal (STF) em que afirma que a Justiça de Pernambuco usurpou competência da instância superior em sua decisão liminar contra a MP 814.

"Ao suspender dispositivo da medida provisória o magistrado realizou controle abstrato de constitucionalidade - o que é uma competência exclusiva do STF, segundo a Constituição", argumentou a AGU.

O governo Temer tem prometido concluir ainda neste ano a desestatização da Eletrobras, que seria efetivada por meio de uma oferta de novas ações da companhia prevista para o segundo semestre, um movimento que reduziria a União a uma fatia minoritária na elétrica.

O movimento, no entanto, tem enfrentado uma forte oposição de grupos de políticos e de sindicatos. Nesta segunda-feira, inclusive, a Federação Nacional dos Urbanitários (FNU) entrou com ação popular para tentar impedir o governo de contratar os estudos exigidos para a desestatização.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Seção: Mercado****Autor: Reuters****Título: Total paga Petrobras para reforçar presença no Brasil**

A Petrobras concluiu a venda de fatias nas concessões das áreas de Lapa e Iara, ambas na Bacia de Santos, para a petroleira francesa Total, como parte de uma aliança estratégica assinada anteriormente, em negócio que pode envolver US\$ 2,35 bilhões.

Com isso, a francesa reforça sua presença no Brasil, na esteira da aliança estratégica firmada com a Petrobras no ano passado.

O valor pago nessas transações de venda totaliza US\$ 1,95 bilhão, incluindo ajustes do fechamento da operação, informaram ambas as empresas em comunicados nesta segunda-feira (15).

Esse valor, entretanto, não contempla uma linha de crédito que pode ser acionada pela Petrobras no valor de US\$ 400 milhões, representando parte dos investimentos da Petrobras nos campos da área de Iara, além de pagamentos contingentes.

Com o acordo, a brasileira vendeu 35% de sua fatia e a operação no campo de Lapa, no pré-sal de Santos, que iniciou produção em dezembro de 2016, permanecendo com apenas 10% do ativo, que ainda tem como concessionários a anglo-holandesa Shell (30%) e a sino-espanhola Repsol-Sinopec (25%).

Além disso, vendeu à Total 22,5% da área de Iara, que contém os campos de Sururu, Berbigão e Oeste de Atapu, também no pré-sal de Santos.

Nesse ativo, a Petrobras permaneceu como operadora, com 42,5% de participação, em parceria com a Shell (25%) e a portuguesa Petrogal (10%), além da Total.

A produção na região de Iara está prevista para começar em 2018 nos campos de Berbigão-Sururu, por meio do FPSO P-68, com capacidade de 150 mil barris por dia, seguido de um segundo FPSO, em 2019, no campo de Atapu.

"Todas as condições precedentes às cessões de direitos foram cumpridas, incluindo a concessão de licenças de operação e instalação pelo Ibama para que a Total se torne operadora do campo de Lapa", afirmaram as empresas.

As companhias não ofereceram informações sobre os demais negócios anunciados em sua aliança estratégica, em março de 2017, como o compartilhamento de terminal de regaseificação e a transferência de fatias em térmicas.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Reuters

Título: Odebrecht Óleo e Gás muda nome para Ocyan

A Odebrecht Óleo e Gás (OOG) anunciou nesta segunda-feira (15) que passará a se chamar Ocyan, dentro dos esforços da companhia para se distanciar da marca de sua controladora Odebrecht —atingida por uma série de escândalos de corrupção— e buscar novos sócios.

A mudança da marca será feita em anúncio nesta tarde a funcionários no Rio de Janeiro.

A alteração dá sequência à movimentação das empresas do conglomerado, com mudança de marcas e de nome. A Odebrecht Agroindustrial passou a se chamar Atvos em dezembro. No mês anterior, a Odebrecht Realizações Imobiliárias virou apenas OR. A petroquímica Braskem em agosto já havia promovido mudanças na marca, abolindo o vermelho, cor característica da holding.

A OOG, presidida por Roberto Simões, acertou recuperação extrajudicial em maio passado em acordo com credores para alongamento de dívidas cujo total somava cerca de US\$ 5 bilhões.

A empresa sofreu os efeitos conjuntos da crise no setor de óleo e gás, que levou a Petrobras a cancelar em 2015 o contrato do navio-sonda ODN Tay IV, uma das quatro plataformas que garantem os bônus da empresa, e da operação Lava Jato, que levou à prisão o então presidente da holding, Marcelo Odebrecht.

Junto com a mudança do nome, a agora Ocyan faz planos para se desalavancar financeiramente e atrair novos sócios, segundo documento interno da companhia ao qual a agência Reuters teve acesso, por avaliar que o cenário de perfuração offshore deve seguir desafiador nos próximos anos, o que deve levar a movimentos de consolidação de empresas.

No relatório, a Cyan detalha planos para diversificar negócios, com foco em conquistar serviços que exijam volumes menores de investimentos e maior entrada no segmento de gás.

O documento define como meta para 2018 voltar ao cadastro de fornecedores da Petrobras, garantir o contrato de reafretamento da sonda Norbe VI, conquistar novos contratos de construção submarina e serviços offshore no valor de R\$ 400 milhões.

A dívida líquida, de US\$ 2,96 bilhões no fim do ano passado, deve cair levemente nos anos seguintes, chegando a US\$ 2,6 bilhões no fim de 2022, segundo o documento.

Ainda assim, a previsão da Ocyan é de que sua receita líquida só volte a crescer a partir de 2020, chegando a US\$ 844 milhões, ante US\$ 834 milhões estimados para 2017.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Mariana Carneiro

Título: Proteção a aço importado não afeta inflação

Dois estudos produzidos pelo governo divergem sobre os efeitos da proteção à indústria brasileira do aço contra concorrentes importados de China e Rússia.

Os oito ministros que compõem a Camex (Câmara de Comércio Exterior) darão a palavra final sobre a barreira na quinta-feira (18).

A decisão, que colocou em lados opostos as siderúrgicas e os consumidores de aço no Brasil, como os fabricantes de eletrodomésticos e de carros, também divide o governo.

Estudo elaborado pelo núcleo econômico da Camex, a que a Folha teve acesso, afirma que a proteção teria impacto levemente positivo na produção doméstica de aço (0,05%) e efeito quase nulo sobre a inflação (0,0008% sobre o nível de preços interno). O aço em discussão (laminados a quente) ficaria 0,14% mais caro no Brasil.

O diagnóstico diverge do previsto pelo Ministério da Fazenda. Estudo da secretaria de acompanhamento econômico mostra que o impacto sobre a inflação seria maior (0,09%), fazendo com que eletrodomésticos ficassem até 3% mais caros.

Ambos os documentos afirmam que os importados são parte reduzida do consumo nacional de aço e que a queda da produção doméstica –um dos fundamentos do pedido de proteção feito pelas siderúrgicas– se deve à redução da demanda interna, com a recessão.

No estudo do Ministério da Fazenda, durante o período sob avaliação (2013-2015), a produção recuou 11%, e a importação, 5,6%. Em outras palavras, a queda da produção não tem a ver com uma "concorrência desleal de importados", necessária para justificar uma barreira antidumping.

Além disso, dado o nível de concentração elevado da produção local em apenas quatro siderúrgicas (ArcelorMittal, CSN, Gerdau Aço Minas e Usiminas), haveria espaço para que elas aumentassem preços em um contexto de recuperação da economia. Isso puniria toda a cadeia de consumidores da matéria-prima.

Já no documento produzido pela Camex, a baixa participação do aço importado no consumo local indica que a barreira contra China e Rússia teria efeito praticamente nulo sobre a cadeia que depende do aço.

Indústrias metalúrgicas, de máquinas, equipamentos de transporte, produtos de metal, veículos, entre outros, sofreriam, porém encolheriam apenas 0,0004% com o aço mais caro.

Já as importações, sim, recuariam 16% –China e Rússia reduziriam as vendas ao Brasil em mais de 50%.

O documento, no entanto, não sugere uma posição favorável à proteção ou indica votos aos ministros que compõem a Camex, formada por Fazenda, Planejamento, Agricultura, Transportes, Casa Civil, Secretaria-Geral da Presidência, Mdic (Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços) e Itamaraty.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Opinião

Autor: Plínio Nastari

Título: Oportunidade com o Rota2030

Está em avaliação pelo governo proposta de redução da alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) sobre carros elétricos a bateria de 25% para 7%. Este incentivo se somaria à já aplicada isenção do Imposto de Importação de 35%. A única justificativa possível é o modismo ou desejo de copiar o que é feito em outros países sem avaliar o impacto na economia e no meio ambiente.

A proposta é um dos elementos do Rota2030, programa que deve substituir o Inovar-Auto, condenado na Organização Mundial do Comércio (OMC) por criar benefícios à indústria local. Se o critério for técnico deve-se reconhecer que o veículo atual utilizando combustível renovável é mais limpo do que o carro elétrico a bateria.

Segundo a Associação Brasileira de Engenharia Automotiva (AEA), considerando a avaliação de ciclo de vida, um veículo leve convencional movido a etanol emite apenas 45 gramas (g) de CO₂ por km, e quando usa gasolina emite 166 g. Considerando o mix de combustíveis no Brasil, a emissão média é de 129 g. O carro elétrico a bateria produzido na Europa emite 139 g.

Portanto, o que o Brasil faz hoje com motores a combustão interna já é superior ao que a Europa e os EUA almejam alcançar com os carros elétricos a bateria. De outro lado, há ganhos consideráveis ainda a serem implementados nos atuais veículos a combustão interna, e há a opção de incentivar os híbridos flex e os carros movidos a células combustível, que também são considerados elétricos e tem um consumo energético igualmente baixo.

O híbrido flex usando etanol emite apenas 23 g, e a célula a combustível emite incríveis 11 g. Fica claro que é preciso definir qual tipo de eletrificação o País almeja. Podemos eleger a eletrificação através do híbrido flex a etanol, criando um padrão mundial capaz de ser exportado para vários países.

O carro elétrico a bateria depende de baterias fabricadas com lítio e cobalto, minerais escassos e de preços crescentes. O lítio é encontrado basicamente na China e no Chile, e já se discute limites de disponibilidade e a dependência sobre essas origens. O preço do cobalto mais do que dobrou em 2017 para 75 mil US\$ por tonelada, e se projeta que deva dobrar novamente nos próximos dois anos.

Dois terços do cobalto são extraídos no Congo, onde a Anistia Internacional indica que milhares de crianças, algumas com 7 anos de idade, o extraem em condição de trabalho escravo e de risco. A bateria é cara, o seu descarte é poluente e sua vida útil é limitada, o que leva a um custo elevado de reposição, sendo por isso tecnologia a que poucos consumidores têm acesso.

Além disso depende de infraestrutura que não existe e precisa ser criada a alto custo. É exatamente para compensar esse custo que a redução do IPI é cogitada e a isenção do Imposto de Importação aplicada. Mas esses são incentivos na direção errada. O recurso será muito melhor gasto se for oferecido para reduzir o consumo energético dos veículos que usam combustíveis renováveis, para a promoção dos híbridos flex e, no futuro, da célula a combustível utilizando etanol, biodiesel e biometano.

Já está instalada no Brasil a distribuição de etanol em quase 42 mil postos de revenda, que equivalem a uma rede de energia solar disponibilizada na forma de líquido de alta densidade energética. O Congresso aprovou e o presidente Temer sancionou o Renova- Bio, que tem como objetivo induzir ganhos de eficiência, e reconhecer a capacidade dos biocombustíveis reduzirem emissões de carbono.

O Rota2030 é irmão siamês do Renova- Bio, e pode criar um modelo de desenvolvimento que valorize a engenharia nacional. A indústria automotiva e a de combustíveis precisam de previsibilidade e estabilidade para realizar investimentos. A definição de uma visão integrada que valorize nossa capacitação nestes setores representa uma oportunidade histórica para o Brasil se consolidar como liderança ambiental e energética.

EX-PRESIDENTE DO CONSELHO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENGENHARIA AUTOMOTIVA (AEA), É REPRESENTANTE DA SOCIEDADE CIVIL NO CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA ENERGÉTICA

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Luciana Collet, Amanda Pupo, Rafael Moura e Anne Warth

Título: Disputas podem empurrar para 2019 privatização da Eletrobrás

Processo. AGU recorreu ontem ao STF para tentar derrubar suspensão de medida provisória que permite venda da elétrica; brigas na Justiça e dificuldades do Planalto para aprovar Previdência podem deixar processo para o próximo governo, dizem analistas

A Advocacia-Geral da União (AGU) e a Câmara dos Deputados recorreram ontem ao Supremo Tribunal Federal (STF) para tentar derrubar a decisão que suspendeu a Medida Provisória 814/2017, que permite a privatização da Eletrobrás e subsidiárias.

Para analistas, uma possível batalha jurídica, aliada a dificuldades do Planalto em aprovar a reforma da Previdência no Congresso, podem deixar a venda da elétrica para o próximo governo. Na última quinta-feira, o juiz Claudio Kitner, da Justiça Federal de Pernambuco, suspendeu liminarmente os efeitos da MP, em resposta a uma ação popular ajuizada por Antônio Ricardo Accioly Campos, irmão do ex-governador de Pernambuco Eduardo Campos, morto em 2014.

Na decisão, o juiz afirmou que o governo federal não justificou o porquê de enviar a questão por meio de MP. Na reclamação feita ao STF, a AGU alega que a decisão do juiz, de 1.ª instância, usurpou a competência do Supremo,

referindo-se à suspensão dos efeitos da MP. De acordo com a AGU, a medida provisória só poderia ser questionada no STF por meio de Ação Direta de Inconstitucionalidade.

Usando os mesmos argumentos, a Câmara dos Deputados ainda destacou que a MP não significa a direta desestatização de qualquer empresa pública. “A sua vigência por si só não produz qualquer efeito concreto e imediato”, completa. Além de tentar derrubar a decisão no STF, a AGU recorreu ao Tribunal Regional Federal da 5.^a Região (TRF-5), segunda instância da Justiça Federal de Pernambuco, afirmando que os fundamentos da decisão são insuficientes para justificar a suspensão da MP.

O órgão também alega que a decisão gera uma grave lesão à ordem econômica, já que interrompe a contratação dos estudos sobre a situação econômica e financeira da Eletrobrás. “Ademais, as medidas voltadas para o fortalecimento do orçamento da União e saneamento das contas públicas são urgentes, justificam a edição da medida provisória e são essenciais ao equilíbrio das contas públicas”, argumenta. O Orçamento deste ano prevê R\$ 12 bilhões provenientes da venda da elétrica.

Prazo.

A possibilidade de uma disputa judicial, a resistência de determinados grupos à operação e a dificuldade do governo em garantir a aprovação da reforma previdenciária no Congresso têm feito parte do mercado considerar maior a chance de a privatização da Eletrobrás ficar para um próximo governo.

Para uma fonte que assessora investidores potencialmente interessados na venda da estatal, a liminar concedida pela Justiça de Pernambuco mostra que a discussão é política, “não apenas no contexto da MP, mas da própria privatização da Eletrobrás”.

Na avaliação dessa fonte, que pediu para não ser identificada, a liminar é apenas a primeira de muitas, mas o potencial imbróglio jurídico, no entanto, não assusta os investidores, porque eles já foram alertados de que deve haver “muito expediente jurídico” até que a oferta de ações da Eletrobrás seja viabilizada.

Para a consultoria de risco político Eurasia Group, a privatização, embora ainda provável, tem uma “janela estreita” neste ano, dado o calendário legislativo apertado. Os analistas da consultoria consideram que a legislação necessária para dar andamento ao processo, a ser apresentada pelo Ministério de Minas e Energia ao Congresso na forma de projeto de lei antes do fim do recesso parlamentar, precisa estar definida até o fim do segundo trimestre, de maneira

a garantir ao governo o tempo necessário para concluir a operação ainda neste ano.

“Um debate prolongado sobre a Reforma da Previdência e os potenciais desafios legais à privatização são riscos que podem reduzir as probabilidades de uma oferta de ações da Eletrobrás em 2018”, reforça relatório comandado pelo analista Silvio Cascione. “Um risco é a possibilidade de a administração concordar em segurar o processo de privatização em troca do apoio à Reforma da Previdência no Senado.

Alternativamente, se o governo mantiver a reforma na Câmara até março ou abril, o processo da Eletrobrás pode sofrer”, diz o relatório. Do ponto de vista do apoio legislativo, a Eurasia avalia que o governo reúne suporte, tendo em vista que a aprovação do projeto precisa de maioria simples.

Questionado sobre o possível atraso no processo de venda da elétrica, o secretário executivo do MME, Paulo Pedrosa, afirmou que o governo está atento aos prazos. “Eles são desafiadores, mas atuamos de forma organizada para assegurar a conclusão do processo em 2018.”

Ele ressaltou que o governo criou um grupo para acompanhar a privatização da Eletrobrás. Liderada pelo MME, a equipe se reúne semanalmente e tem a participação de integrantes dos ministérios da Fazenda e Planejamento, Secretaria Geral da Presidência da República, BNDES e Eletrobrás.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Economia

Autor: Simone Kafruni

Título: AGU e Câmara tentam destravar Eletrobras

A Advocacia-Geral da União (AGU) e a Câmara dos Deputados entraram com recursos ontem contra a suspensão da privatização da Eletrobras. A decisão do juiz da 6ª Vara de Pernambuco, de retirar da Medida Provisória nº 814/17 o artigo que autoriza a venda da estatal e inclui a companhia no Programa Nacional de Desestatização, foi contestada em mais de uma frente: em segunda instância, no Tribunal Regional Federal da 5ª Região (TRF5), e no Supremo Tribunal Federal (STF). A principal alegação é de que o juiz Cláudio Kitner usurpou competência em sua decisão monocrática.

“É importante lembrar que, de acordo com a sistemática constitucional vigente, a única Corte que possui competência para o controle abstrato de constitucionalidade de atos normativos federais é o Supremo Tribunal Federal”, afirmou a ministra Grace Mendonça, que assinou reclamação encaminhada à

presidente do STF, ministra Cármen Lúcia. O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), também entrou com pedido semelhante e a relatoria de ambos ficou a cargo do desembargador Alexandre de Moraes.

No recurso que interpôs no TRF5, a AGU argumentou que a liminar foi concedida pelo juiz Kitner para atender duas ações populares “sem refletir sobre os efeitos danosos, que colidem com o interesse público de minimizar o deficit nas contas públicas”. Para o órgão, a decisão representa um risco à ordem econômica, uma vez que o orçamento de 2018 prevê R\$ 18,9 bilhões de receitas do setor elétrico, sendo R\$ 12,2 bilhões relacionados às concessões de usinas da Eletrobras, que dependem da privatização.

Com a ajuda de informações do Ministério da Fazenda, a AGU ressaltou que a suspensão de parte da MP “traz uma preocupação fundamentada de que os atrasos na contratação e realização dos estudos possam prejudicar todo o cronograma de privatização da empresa, o que por sua vez comprometeria a arrecadação dos valores ainda em 2018”. A AGU também argumentou que a decisão do juiz se baseou apenas em “suposições desprovidas de cunho probatório”, segundo as quais existiria risco iminente de alienação de estatais do setor elétrico.

A AGU alegou, ainda, que, na exposição de motivos, o governo deixou claro que o mérito da privatização da Eletrobras será discutido em proposta de lei própria a ser enviada ao Congresso Nacional e que o objetivo da MP é somente permitir a elaboração de estudos sobre a situação econômica e financeira da estatal. Segundo o ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho, o projeto de lei com todos os detalhes da privatização já está na Casa Civil e deve ser encaminhado ao Legislativo pouco antes do fim do recesso parlamentar.

"É importante lembrar que, de acordo com a sistemática constitucional vigente, a única Corte que possui competência para o controle abstrato de constitucionalidade de atos normativos federais é o Supremo Tribunal Federal"

Grace Mendonça, advogada-geral da União

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Rodrigo Polito

Título: Empecilhos à venda da Eletrobras dificultam retomada de Angra 3

As dificuldades no Congresso e na Justiça para o avanço do plano do governo de privatização do controle da Eletrobras afetam a retomada da construção da usina nuclear de Angra 3, segundo uma fonte ligada à estatal. Sem a

desestatização da elétrica, tudo indica que a decisão relativa à conclusão da terceira usina nuclear brasileira, cujas obras estão interrompidas desde setembro de 2015, demore ainda mais.

"A indefinição sobre a [privatização da] Eletrobras é um complicador [para a retomada das obras de Angra 3]", afirmou a fonte, sob condição de anonimato.

O projeto de lei sobre a privatização do controle da Eletrobras, que encontra-se na Casa Civil, prevê a segregação da Eletronuclear, braço de geração de energia nuclear, e da hidrelétrica binacional de Itaipu da holding, ante do processo de venda do controle da elétrica. A ideia principal é deixar Eletronuclear e Itaipu sob o comando de uma nova estatal.

Em novembro, o secretário-executivo do ministério de Minas e Energia Paulo Pedrosa, havia dito que a modelagem de privatização da Eletrobras conteria uma solução para a retomada das obras de Angra 3. "Esperamos que, nesse processo de privatização, Angra e o projeto nuclear precisarão ser segregados. E esse processo de segregação pode nos permitir uma solução para Angra 3", disse ele, na ocasião, no Rio.

O problema é que o Congresso tem dado sinais contrários à aprovação da privatização da Eletrobras. O primeiro sinal foi a forte reação negativa à Medida Provisória 814/2017, que inclui um artigo que permite a inclusão da Eletrobras e suas controladas no Plano Nacional de Desestatização (PND). Além disso, este artigo teve o efeito suspenso na última semana, por meio de liminar concedida pela Justiça Federal em Pernambuco.

Além da necessidade de definição sobre governança da Eletronuclear, também é necessária para a retomada das obras de Angra 3 a revisão do contrato de venda de energia da usina, elevando seu preço dos atuais R\$ 240 por megawatt-hora (MWh) para algo em torno de R\$ 400/MWh. Segundo a fonte, a correção tornaria o projeto novamente viável do ponto de vista econômico, possibilitando a parceria com uma empresa privada para a conclusão das obras.

Conforme o Valor apurou, três grupos estrangeiros estão interessados em firmar uma parceria para concluir Angra 3: a russa Rosatom, a chinesa CNNC e o consórcio franco-japonês EDF / Mitsubishi. Na prática, a ideia é que o sócio privado aporte os recursos necessários para a conclusão da obra em troca de uma participação no empreendimento. Estima-se que são necessários R\$ 13 bilhões para concluir o empreendimento, que tem índice de conclusão das obras de 65%.

O reajuste do preço da energia de Angra 3 pode ser feito pelo próprio **ministério de Minas e Energia**. O Valor apurou, porém, que o **ministro**

Fernando Coelho Filho quer que o tema passe pela aprovação da Casa Civil e do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE).

As obras da terceira usina nuclear brasileira foram interrompidas em setembro de 2015, por indícios de irregularidades em contratos investigados pela operação "Lava-Jato", da Polícia Federal, e pela falta de pagamento a fornecedores da obra.

De acordo com o Plano Decenal de Expansão de Energia (PDE) 2026, da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Angra 3 está prevista para entrar em operação apenas em 2026.

Além da necessidade de investimentos para concluir Angra 3, a definição sobre a retomada do projeto é fundamental para a Eletronuclear, do ponto de vista financeiro. Desde outubro do ano passado, a companhia está pagando mensalmente ao BNDES um valor de R\$ 30 milhões relativo a juros da dívida de construção da térmica. A subsidiária da Eletrobras tem financiamento de R\$ 6,15 bilhões com o banco estatal. Desse total, foram sacados cerca de R\$ 2,8 bilhões, sob os quais incidem os juros cobrados atualmente pelo BNDES.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Luísa Martins, Rodrigo Polito e Marina Falcão

Título: AGU recorre e tenta destravar privatização da estatal

A Advocacia-Geral da União (AGU) recorreu ontem à segunda instância contra liminar expedida pela Justiça Federal de Pernambuco que suspendeu a realização de estudos para a privatização da Eletrobras. O recurso foi interposto no Tribunal Regional Federal da 5ª Região (TRF-5), que abrange Alagoas, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Sergipe.

Para a ministra da AGU Grace Mendonça, a liminar concedida "colide com o interesse público de minimizar as contas públicas" e representa risco para a ordem econômica. "O Orçamento de 2018 prevê R\$ 18,9 bilhões de receitas do setor elétrico, sendo R\$ 12,2 bilhões relacionados às concessões de usinas da Eletrobras, que dependem da privatização da empresa", informou a assessoria de imprensa do órgão.

A AGU também afirma que a decisão do juiz federal foi baseada em "suposições" e que a medida provisória autorizou apenas estudos sobre a privatização da empresa, "deixando claro" que o mérito da questão será discutido em projeto de lei a ser encaminhado ao Congresso Nacional.

Também foi protocolada uma reclamação junto ao Supremo Tribunal Federal (STF) em que a AGU argumenta que o juízo da 6ª Vara Federal de Pernambuco usurpou competência da corte. "Ao suspender dispositivo da medida provisória, o magistrado realizou controle abstrato de constitucionalidade, o que é uma competência exclusiva do STF", afirma a petição.

A liminar foi concedida na semana passada pelo juiz Claudio Kitner, atendendo pedido feito em ação movida por Antonio Campos, irmão do ex-governador de Pernambuco Eduardo Campos, falecido em 2014.

Uma nova ação contra a realização dos estudos para a privatização da Eletrobras foi ingressada na última sexta-feira, pela Federação Nacional dos Urbanitários (FNU) e o Coletivo Nacional de Energia (CNE). A ação popular preventiva foi apresentada na Justiça Federal no DF.

A intenção do governo era contratar os estudos, sob o amparo legal de um artigo na Medida Provisória 814/2017, que permite a inclusão da Eletrobras e controladas no Plano Nacional de Desestatização (PND). O artigo, porém, está com efeito suspenso pela liminar concedida na última semana.

"A preocupação preventiva da ação se mostra pertinente e factível, uma vez que o governo federal tem indicado manifestação de imediata contratação, por meio do BNDES, de empresas para a realização dos estudos da modelagem da privatização do sistema Eletrobrás e esses estudos, via de regra, são realizados com custos milionários, a exemplo das contratações já realizadas pelo BNDES, para avaliação e modelagem da privatização das distribuidoras de energia da região norte e nordeste, que tiveram custo total de R\$ 19 milhões", afirma a FNU, em nota.

A entidade também negocia com partidos políticos a apresentação de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) no Supremo Tribunal Federal (STF) contra a MP 814.

Entidades lideradas pelo Sindicato dos Urbanitários de Pernambuco e a Federação Regional dos Urbanitários do Nordeste também estão organizando uma manifestação na próxima sexta-feira, em Recife, quando está prevista para ser realizada assembleia de acionistas da Chesf, para deliberar sobre itens que viabilizam a desestatização da estatal nordestina.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Política

Autor: André Guilherme Vieira e Murillo Camarotto

Título: Defesa de Dilma acusa Cerveró de fraude em Pasadena

A defesa de Dilma Rousseff no processo sobre a compra de Pasadena no Tribunal de Contas da União (TCU) acusou o ex-diretor de Internacional da Petrobras, Nestor Cerveró, e empregados da petrolífera de formarem "conluio fraudulento com a Astra Oil", agindo "de modo deliberado" para esconder da diretoria e do conselho de administração "disposições contratuais que tornavam o negócio lesivo" aos interesses da estatal.

A defesa entregue em 29 de dezembro ao TCU diz que o conselho de administração da Petrobras foi induzido a erro, pois aprovou a compra com base em resumo "que não contemplava a outorga de opção de venda".

Advogados de Dilma refutaram o bloqueio de bens dela e de outros cinco ex-integrantes do conselho de administração da estatal, decretados no âmbito administrativo -que foram responsabilizados por prejuízo de ao menos US\$ 580,4 milhões com a aquisição de Pasadena pela Petrobras.

A defesa, assinada por Walfrido Jorge Warde Júnior e José Eduardo Cardozo (que foi ministro da Justiça no governo Dilma) tem 74 páginas e foi obtida pelo Valor.

O documento já está na Secretaria de Controle Externo da Administração Direta, no Rio, área do TCU que fiscaliza a Petrobras. Os auditores iniciarão a análise dos argumentos na semana que vem. Mas o relatório final só deve ser enviado ao relator do caso, ministro Vital do Rêgo, em abril.

Além de Dilma, o plenário do TCU pediu o bloqueio de bens do ex-ministro Antonio Palocci (condenado em primeira instância a 12 anos de prisão por corrupção e lavagem) do ex-presidente da Petrobras José Sérgio Gabrielli, e dos executivos Cláudio Haddad e Fábio Barbosa, que à época do negócio, firmado em fevereiro de 2006, eram conselheiros da estatal.

Baseada em resumo executivo preparado pela área internacional, então comandada por Cerveró, o conselho de administração da Petrobras aprovou a aquisição de 50% da refinaria de Pasadena por US\$ 359 milhões. A operação, segundo a defesa de Dilma, teve o valor avaliado como "justo" em parecer elaborado pelo Citigroup.

A defesa da ex-presidente alega que essa compra não ocorreu "do dia para a noite", e representava a concretização de um plano de internacionalização das atividades de refino, cujo planejamento ocorria há anos. As negociações com a Astra Oil, argumentam os advogados, também eram acompanhadas "há vários meses" pelo conselho.

O problema foi a aquisição da segunda metade da refinaria. Após disputa judicial, a empresa belga acionou a cláusula conhecida no mercado como "put

option", que obrigava a Petrobras a adquirir a integralidade do empreendimento. Com a compra dos 50% restantes, a petrolífera brasileira desembolsou mais US\$ 820 milhões.

A existência dessa cláusula, segundo os advogados de Dilma, foi omitida intencionalmente pelos executivos da área internacional da Petrobras. "O resumo executivo não indica que o negócio contemplaria a outorga, pela Petrobras, de uma opção de venda adicional de 50% da refinaria de Pasadena".

Para a defesa, diretores corruptos da Petrobras podem ter induzido o Citigroup a emitir parecer sobre o valor dos primeiros 50% sem fazer qualquer menção à cláusula "put option". Desse modo, o conselho teria aprovado o primeiro negócio sem tomar conhecimento da complexidade do acordo com a Astra Oil. Procurado, o Citi afirmou em nota que "empresas normalmente solicitam Fairness Opinion para auxiliá-las na avaliação de oportunidades de negócio", e que esse documento é baseado "em informações fornecidas pelo cliente".

A defesa de Dilma também acusa a equipe de Cerveró de omitir do resumo executivo parecer elaborado ainda em 2005 pela consultoria Muse Stancil, que calculou um valor bem menor (US\$ 186 milhões) para os 50% da refinaria de Pasadena. Tal omissão também teria facilitado a aprovação da transação.

"O conselho de administração não foi informado de que havia uma avaliação econômica de um outro assessor externo além do Citigroup. E não tinha qualquer razão para crer que a diretoria Internacional estivesse ocultando uma avaliação externa desfavorável", diz o documento.

Outro ponto explorado pela defesa da ex-presidente trata dos diferentes critérios que devem ser adotados na hora de avaliar o trabalho dos conselhos de administração. Para os advogados de Dilma, em uma empresa do tamanho da Petrobras, não é razoável exigir que os conselheiros se debrucem sobre as minúcias de cada um dos milhares de contratos firmados pela companhia.

Por meio de seus defensores, Dilma alega ainda que decisões anteriores do TCU sobre a responsabilidade dos conselhos de administração demonstram uma avaliação menos criteriosa da que foi feita no caso Pasadena. Para os advogados, o atendimento a todas as exigências feitas pelo TCU poderia inviabilizar a estatal.

"Com a devida [licença] vênua, as condutas que o acórdão pretende tornar exemplo do que seria o atendimento das regras modelares de dever de diligência dos membros do conselho de administração da Petrobras tornariam a companhia ingovernável, inviável".

A defesa de Cerveró encaminhou nota na qual afirma que a alegação da defesa de Dilma "trata-se de afirmação falsa e uma tentativa indevida de terceirizar a sua responsabilidade".

Segundo o comunicado do ex-diretor da estatal e delator da Lava-Jato, em regime de prisão domiciliar, "a condução do processo de aquisição por mim e pela minha equipe observou as normas internas da empresa, tendo sido acompanhado e avalizado por inúmeros setores, dezenas de colaboradores e por empresas contratadas exclusivamente para tal fim".

De acordo com Cerveró, é "importante desmentir a alegação que se propagou de que a aquisição de Pasadena deu prejuízo à Petrobras e que a empresa não deveria ter adquirido a refinaria. Curiosamente não se divulga que a Refinaria de Pasadena é a única que vem dando lucro ao longo dos últimos anos", afirmou. A reportagem não conseguiu contato com a Astra Oil.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Internacional

Autor: Daniela Chiaretti

Título: Migração energética para renováveis terá impactos geopolíticos

A transformação energética que as energias renováveis estão promovendo no mundo terá implicações geopolíticas. A queda de custos, o aumento nos investimentos e a expansão da capacidade instalada colocam essas fontes no centro do sistema energético global, mas a mudança tem potencial de criar novas tensões.

Nas últimas décadas, as análises de assuntos energéticos tiveram como foco os combustíveis convencionais, basicamente petróleo e gás. O que é novo são os efeitos positivos e negativos da transição energética, isto é, avaliar quais serão os impactos e as regiões vulneráveis, o potencial de riscos, as forças de mercado que podem causar instabilidades, a mudança nos padrões de consumo e as ameaças cibernéticas. Na outra ponta, os benefícios podem ser a redução das emissões de gases estufa, o acesso a energia para comunidades pobres e a cooperação transfronteiriça, entre outros pontos.

"Estamos vindo de um mundo de oleodutos em que a energia está concentrada num pequeno grupo de fornecedores e com as tensões econômicas que surgem desse quadro", diz Adnan Amin, diretor-geral da Agência Internacional de Energia Renovável (Irena, na sigla em inglês), entidade que promove energias renováveis e é referência global no setor.

"Mas vemos o sistema energético do passado sendo rapidamente transportado para um cenário novo, com um modelo descentralizado impulsionado pela tecnologia e redução de custos. A evolução desse processo criará oportunidades e desafios que temos de observar com atenção, além de refletir sobre suas implicações geopolíticas e antecipar o que virá", segue Amin.

Partiu da direção da Irena a iniciativa de criar uma comissão global, lançada em Abu Dhabi, durante a 8ª assembleia dos países-membros da entidade, para avaliar a geopolítica da transformação energética. O grupo, presidido por Ólafur Grímsson, ex-presidente da Islândia, é apoiado pelos governos da Alemanha, Noruega e Emirados Árabes Unidos (EAU). A intenção é apresentar um relatório em 2019.

"A transformação energética está vindo, queiramos ou não, emoldurada por um futuro de baixo carbono", resumiu Maria van der Hoeven, ex-diretora-executiva da Agência Internacional de Energia.

"O futuro é elétrico e cada vez mais digitalizado", sintetizou Hans-Olav Ibrekk, diretor de políticas de Energia e Clima do Ministério das Relações Exteriores da Noruega. Isso significa redes elétricas (com milhares de pontos de recarga para carros), venda de energia entre países, menor dependência energética de uns alguns (o que pode reduzir conflitos), necessidade de boa governança para gerenciar o suprimento e consumo de usuários individuais, enfraquecimento do controle energético dos governos, e por aí vai.

Ibrekk apresentou alguns pontos de um grupo de trabalho que junta pesquisadores e governos, "mas não necessariamente reflete as visões da Noruega", país que explora ao mesmo tempo petróleo e investe em renováveis. Quais serão as companhias que irão controlar as novas cadeias de suprimentos? As tradicionais empresas de energia, ao lado de empresas de tecnologia, como Google e Microsoft? Haverá bilhões de consumidores-produtores, os chamados "prosumers" [o consumidor que produz energia em casa]? Existirá uma "maldição dos recursos naturais", uma combinação entre boa concentração de recursos com instituições fracas para gerenciar as receitas? Quais as consequências sociais e políticas para os países produtores de petróleo? Questões como estas surgiram na apresentação de Ibrekk em Abu Dhabi.

Em junho pesquisadores da Harvard Kennedy School of Government, Columbia Center on Global Energy Policy e do Norwegian Institute of International Affairs lançaram o estudo "The Geopolitics of Renewable Energy". O trabalho serviu de base e usou informações de um workshop sobre o tema organizado pela Irena e o Ministério de Relações Exteriores da Noruega em Berlim, em março.

Os pesquisadores detalham vários mecanismos pelos quais as renováveis "podem moldar a geopolítica". Nas cadeias de suprimentos, por exemplo, poderia haver a formação de cartéis de metais de terras raras. Embora existam em vários lugares do mundo, grande parte da mineração global, produção e processamento desses elementos ocorre na China.

Na América do Sul, países detentores de reservas de cobalto e lítio, como Chile, Argentina e Bolívia, podem ter ganhos econômicos expressivos com a demanda por baterias para carros elétricos.

Outra dúvida que a comissão da Irena tentará analisar é como a expansão das energias renováveis transformará o modelo de negócios do setor de energia. Será algo centralizado em empresas fortes em inovação ou um sistema descentralizado, com produtores e consumidores individuais de energia? Ou a combinação de ambos?

"Esta é uma narrativa de oportunidades e desafios", disse Peter Fischer, vice-diretor geral de Energia e Política Climática do Ministério de Relações Exteriores alemão. Ele lembrou que países africanos podem se tornar grandes produtores e consumidores de energia. "No meio diplomático sempre enxergamos a mudança do clima como fator de risco", disse. "No setor de renováveis, a transição que vem ocorrendo é similar".

A jornalista viajou a Abu Dhabi convite da Irena

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaques

Eletrobras e Energisa

A Eletrobras informou que vai vender parte das ações que tem na Energisa Mato Grosso em uma oferta pública de aquisição de ações anunciada pela controladora, a Energisa. A operação acontece hoje, em leilão às 16h na B3. Segundo comunicado entregue à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), a Eletrobras deverá receber R\$ 276,181 milhões. A estatal tem 46,8 milhões de ações da empresa, ou 22% do total, sendo 2,1 milhões de ações ordinárias (2,87%) e 44,7 milhões de preferenciais (32,1%). Parte das ações que possui na distribuidora, porém, estão bloqueadas em garantia de ações judiciais ou outros contratos firmados. Por esse motivo, a Eletrobras vai aderir à OPA vendendo 55,42% das ações ordinárias detidas e 69,14% das preferenciais. O preço fixado na OPA é de R\$ 8,60 por papel, sem distinção entre preferenciais e ordinárias.

Minério cai 1,9%

O minério de ferro voltou a perder força ontem no mercado à vista da China. Os preços do produto com concentração de 62% entregue no porto de Qingdao recuaram 1,9%, para US\$ 76,59 a tonelada, segundo o índice da "Metal Bulletin". A baixa veio na esteira de perdas observadas no mercado futuro. Mesmo assim, o insumo segue com alta acumulada de 5,5% em 2018 até agora, tendo chegado a ultrapassar US\$ 79 na primeira quinzena.

Produção da Rio Tinto

A australiana Rio Tinto produziu 87,9 milhões de toneladas de minério de ferro no quarto trimestre de 2017, alta de 3% ante o mesmo período de 2016, refletindo a implantação de projetos para aumentar a produtividade nas minas. Com o resultado, a companhia produziu 329,8 milhões de toneladas de minério em 2017, estabilidade ante 2016. Os embarques da commodity chegaram a 90 milhões de toneladas no trimestre, alta de 3% - o montante é recorde para o trimestre. No ano, a Rio Tinto embarcou 330,1 milhões de toneladas de minério de ferro, avanço de 1%. A empresa projeta que, em 2018, os embarques da commodity deverão ficar na faixa entre 330 milhões e 340 milhões de toneladas.

Curtas**BR move 135 ações**

A BR Distribuidora move, atualmente, 135 ações na Justiça, em todo o país, contra postos que "clonam" a imagem de sua rede, informou ontem a Petrobras. Segundo a estatal, a companhia vem obtendo uma taxa de êxito de 90% nos processos. A empresa destaca que o uso indevido da marca Petrobras nesse mercado voltou a crescer em 2017 e que a BR tem estreitado o relacionamento com as autoridades de fiscalização e de defesa do consumidor no combate a essas fraudes. A Petrobras informou, ainda, que endossa as ações do Movimento Combustível Legal, encabeçado pela Associação Nacional das Distribuidoras de Combustíveis, Lubrificantes, Logística e Conveniência (Plural, ex-Sindicom) e outras 15 entidades, com o objetivo de combater práticas de concorrência desleal, como a sonegação fiscal.

Shell cresce em solar

A petroleira anglo-holandesa Royal Dutch Shell anunciou ontem que fechou um acordo para adquirir uma participação de 43,8% no capital social da Silicon Ranch Corporation, operadora americana de usinas de energia solar. O acordo prevê o pagamento de até US\$ 217 milhões pela participação, adquirida de fundos de investimentos administrados pelo Partners Group, a depender do

cumprimento de algumas metas, que não foram detalhadas pela Shell. Um outro acordo, fechado diretamente com a Silicon Ranch, dará à Shell a possibilidade de aumentar sua participação na companhia após 2021. Segundo a petroleira, o investimento faz parte de um portfólio voltado para novas fontes energéticas, que prioriza matrizes de baixa geração de gás carbônico.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito

Título: Odebrecht Óleo e Gás muda nome e estratégia

Terceira companhia do grupo Odebrecht a alterar seu nome, a Odebrecht Óleo e Gás (OOG), que passou a se chamar Ocyan, se prepara para uma nova fase operacional. Com a recente conclusão do acordo de reestruturação de dívidas de US\$ 5 bilhões, a empresa mira agora a internacionalização de suas atividades e a diversificação de sua carteira de clientes, atualmente concentrada na Petrobras, que mantém a empresa na lista de bloqueio cautelar de fornecedores impedidos de assinarem novos contratos ou participar de licitações da estatal.

"Existe uma intenção da empresa não só com a internacionalização, em que pretendemos ainda neste ano começar alguma operação fora do Brasil, bem como a diversificação de clientes", afirmou o presidente da Ocyan, Roberto Simões, em entrevista ao Valor.

Apesar da estratégia, o executivo explicou que não há uma meta de curto prazo a ser atingida. "Não queremos, exatamente no momento em que terminamos de fazer a reestruturação e que as coisas estão equilibradas, entrar em uma aventura fora do Brasil, onde há muitos mercados passando por momentos complexos, para perder dinheiro."

No Brasil, a companhia está olhando oportunidades de fechar novos contratos com petroleiras privadas que possuem projetos no país. Com relação à Petrobras, a expectativa, segundo Simões, é que a Ocyan deixe a lista de bloqueio da estatal "em curto prazo".

Ele lembra que já existe um parecer interno do Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União informando não haver nenhum indício de irregularidade nos contratos da companhia. "Dos 77 delatores [da Odebrecht] nenhum é da companhia. Há mais de mil anexos [no processo]. E nenhum fala sobre nós", ressaltou o executivo. "Não sabemos sequer do que somos acusados".

Sobre o plano de negócios da Petrobras para o período 2018-2022, que prevê investimentos de US\$ 74,5 bilhões para o período, o presidente da Ocyan considerou o documento "responsável e factível". "O plano de negócios [da Petrobras] está muito mais 'pé no chão'", completou.

A Ocyan possui dez embarcações contratadas atualmente, sendo seis sondas de perfuração, dois "PLSVs" (navios que lançam linhas a serem conectadas a poços petrolíferos) e dois FPSOs (sigla em inglês para plataformas flutuantes de produção e armazenamento de petróleo e gás natural).

Um dos FPSOs iniciou a operação no fim do ano passado no campo de Mero (Libra), no pré-sal da Bacia de Santos. O outro é o FPSO Cidade de Itajaí, que atua no campo de Baúna, na Bacia de Santos, e que, segundo Simões, fechou 2017 com menos de 24 horas fora de operação. "O Cidade de Itajaí ficou 364 dias e três horas em operação", afirmou o executivo.

Com base nesses contratos, todos firmados com a Petrobras, a Ocyan prevê manter o faturamento anual de cerca de US\$ 1 bilhão nos próximos anos. Esse número pode aumentar, explicou, se a empresa arrematar novos contratos. "O nosso objetivo é continuar o processo de crescimento da empresa", afirmou.

Questionado sobre oportunidades de fusões e aquisições, Simões explicou que, após a conclusão da reestruturação da dívida, em que a empresa alongou o prazo de vencimento e alterou termos dos contratos de dívida, a Ocyan está apta a analisar alternativas. "É um setor que está passando por um momento de consolidações. E elas vão continuar acontecendo".

Além da Ocyan, as outras duas empresas do grupo Odebrecht que já alteraram os seus nomes foram a Odebrecht Realizações Imobiliárias (atualmente OR) e a Odebrecht Agroindustrial (que passou a se chamar Atvos).

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho

Título: Petrobras conclui venda de ativos para Total

A Petrobras concluiu a venda das concessões de Lapa e Iara, no pré-sal da Bacia de Santos, para a Total, como parte da aliança estratégica firmada entre as duas empresas em março do ano passado. Com o fechamento da operação, a estatal brasileira garantiu um reforço de US\$ 1,95 bilhão no seu caixa. O Valor apurou que o negócio será contabilizado no balanço do primeiro trimestre de 2018.

Pelos termos da aliança celebrada entre as duas companhias em 2017, a Petrobras poderá acionar ainda uma linha de crédito de US\$ 400 milhões, como parte de seus investimentos na área de lara. O acordo também previa pagamentos contingentes.

O valor de US\$ 1,95 bilhão que a Petrobras receberá na conclusão do negócio, pela venda de 35% de Lapa e 22,5% de lara, é US\$ 275 milhões maior que as cifras inicialmente previstas na aliança estratégica firmada entre as duas petroleiras. No ano passado, na ocasião da assinatura do acordo, a Total havia se comprometido a pagar, à vista, US\$ 1,675 bilhão não só por lara e Lapa, mas também por 50% da Termobahia (que controla as termelétricas Rômulo de Almeida e Celso Furtado) e pelo compartilhamento do terminal de regaseificação da Bahia.

Se avançarem, a venda da Termobahia e o compartilhamento do terminal baiano podem elevar ainda mais os valores envolvidos no negócio entre Petrobras e Total. A estatal brasileira não comenta as negociações.

A conclusão da venda de Lapa e lara representa o primeiro grande reforço no caixa da Petrobras em 2018, num momento em que a empresa intensifica os esforços para cumprir sua meta de desalavancagem. Ao todo, o programa de parcerias e venda de ativos já proporcionou a entrada de cerca de US\$ 11,25 bilhões no caixa da companhia desde 2015.

De acordo com dados do último balanço da Petrobras, dos US\$ 13,6 bilhões fechados no programa de parcerias e venda de ativos no biênio 2015-2016, US\$ 7,8 bilhões já haviam entrado no caixa da empresa até o fim do terceiro trimestre. Desde então, a Petrobras concluiu duas importantes operações: a abertura do capital da BR Distribuidora (cerca de US\$ 1,5 bilhão), em dezembro; e a venda de Lapa e lara para a Total, no valor de US\$ 1,95 bilhão, este mês.

Essas duas transações somam US\$ 3,45 bilhões, o que representa cerca de 4% da dívida líquida da empresa (de US\$ 88,1 bilhões ao fim do terceiro trimestre). Se forem integralmente destinadas ao pagamento de dívidas, a abertura do capital da BR e a venda de lara e Lapa têm potencial para reduzir em 3,9% o endividamento líquido da petroleira, para US\$ 84,6 bilhões.

Ao mesmo tempo, o acordo com a Total reduz a exposição da petroleira brasileira aos investimentos necessários ao desenvolvimento da produção de lara (que reúne os campos de Sururu, Berbigão e Oeste de Atapu). A linha de crédito disponibilizada pela Total contribui, ainda, para financiar os projetos.

Por outro lado, com a operação, a Petrobras abre mão de milhões de barris em reservas provadas (já confirmadas comercialmente). Só em Lapa, por exemplo, a

Total deve adquirir cerca de 160 milhões de barris de óleo equivalente (BOE), se considerado que a área possui um volume recuperável de óleo e gás de 460 milhões de BOE.

Já para a Total, a compra de Lapa representa a estreia da companhia como operadora de um ativo em fase de produção, no Brasil. A plataforma que opera na área possui capacidade de produção de 100 mil barris diários de petróleo, dos quais 35 mil barris/dia cabem à companhia francesa. Até fins de 2017, a Total atuava no país apenas em ativos de exploração. Em novembro, a empresa começou a produzir seus primeiros barris no Brasil, com o início do teste de longa duração de Mero (ex-Libra), mas a empresa é sócia minoritária do projeto, com uma fatia de 20%.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Ivo Ribeiro

Título: Enxurrada de ações no caminho da Samarco

O caso da Samarco Mineração, envolvendo a tragédia do rompimento da barragem de rejeitos Fundão, em Mariana (MG), ocorrida em novembro de 2015, ainda tem ao menos três anos pela frente de intenso trabalho para recuperação e remediação de áreas e comunidades que sofreram impactos ambientais e sócio-econômicos.

No momento, em que busca aprovar seu plano de retomada das operações em Minas, a Samarco enfrenta ações em várias instâncias da Justiça e do Ministério Público e convive com informações de divórcio iminente na associação de longa data entre Vale e BHP. Cada um dos dois grupos é dono de 50% do capital da mineradora de ferro, que faz pelotas usadas na produção de aço.

Segundo apurou o Valor, há milhares de ações civis individuais - 24 mil notificadas - e cerca de 70 ações civis públicas, a grande maioria aberta por procuradores do Ministério Público. Em cada tipo de ação há a intenção de se chegar a um desfecho com negociação mediada para evitar a lentidão da Justiça e acelerar o processo, de um jeito que atenda os pleitos de cada lado.

A Renova, fundação criada para gerir todos os problemas provocados pelo rompimento de Fundão, toca ações e medidas de reparação e remediação de pessoas, comunidades e meio ambiente afetados. Com recursos das empresas, gerencia e executa, desde 2016, programa com 42 ações. A implementação pode durar 15 anos e custar R\$ 20 bilhões (valor dado à ação).

O pico de trabalho, com cerca de 3 mil pessoas das mais diversas especialidades, deve ocorrer entre 2017 e 2020 - a parte mais aguda de todo o processo de remediação dos impactos. Em 2016, foram ações emergenciais, após a morte de 19 pessoas.

Até agora, já foram pagas, segundo informação passada ao Valor, 250 mil indenizações - desde pessoas que ficaram duas semanas sem água potável até negócios afetados, dentre os quais pescadores do rio Doce. As compensações ambientais, como áreas reflorestadas, podem atingir um teto de R\$ 4,1 bilhões.

A direção da Samarco, com apoio dos sócios, tenta conseguir retomar as operações de mineração - que não serão mais, tão cedo, no mesmo patamar de produção de minério e pelotas devido às restrições. A empresa já recebeu as licenças prévias e de instalação para utilização de cavas antigas de Alegria Sul para depositar os rejeitos. Falta a de operação. Ao mesmo tempo depende da licença corretiva e da queda de liminares que estão no Ministério Público-MG. Na melhor das hipóteses, a empresa estaria com todas as licenças aprovadas por volta de novembro.

empresa, ainda com 1,3 mil funcionários, vem sendo sustentada pelas duas acionistas. Para este semestre, Vale e BHP estão aportando US\$ 48 milhões. Ao mesmo tempo, na parte de contribuição das remediações executadas pela Renova, cada empresa vai colocar R\$ 432 milhões.

A última notícia a respeito da saída da BHP da sociedade, publicada pela Bloomberg, informa que a sócia pede à Vale cerca de US 1 bilhão por seus 50% na Samarco. Diz ainda que a BHP continuaria a assumir a sua parte dos passivos do acidente de Fundão, mas pede para receber royalties de produção durante a vida útil da mina. Os dois grupos não comentaram as informações.

Segundo notícia recente publicada pelo Valor, ouvindo fonte próxima à BHP, o grupo anglo-australiano não descarta a possibilidade de saída. Executivos das duas companhias mantiveram conversas ao longo de 2017 a respeito do futuro da joint venture, porém, sem evoluir para um desfecho.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas / agronegócios

Autor: Camila Souza Ramos

Título: Etanol brasileiro pode perder mercado do Japão para os EUA

O Japão está em vias de acertar a substituição de uma parcela do etanol que importa do Brasil pelo etanol dos EUA, como parte da política de diversificação

de fontes de combustível para garantir sua segurança energética, de acordo com informações do governo do país.

No ano passado, um comitê criado para discutir políticas de biocombustíveis no Japão propôs novas metas de emissão de gases de efeito estufa para cada tipo de combustível, estabelecendo uma meta para as emissões de etanol de milho produzido nos EUA, que antes não existia. A proposta surge em um momento em que o etanol de milho está mais barato do que o de cana, do Brasil, refletindo o excesso da oferta americana do cereal.

O comitê também propôs que a meta de redução de emissões de biocombustíveis em geral em relação à gasolina, que hoje é de 50%, suba para 55%. As propostas estão em processo de discussão pública até o próximo dia 18. As novas regras, que serão definidas pelo governo após a consulta, passarão a valer em abril.

Pelas novas metas, o etanol de milho americano pode alcançar uma participação de mercado no Japão de até 53,73%, em um segmento que hoje é dominado pelo etanol de cana brasileiro, segundo dados do Departamento de Agricultura dos EUA (USDA).

Hoje, o Japão importa etanol apenas do Brasil e é terceiro principal destino do produto brasileiro. O etanol é utilizado para produzir um aditivo para a gasolina, o ETBE.

Em 2017, o país importou 61 milhões de litros de etanol, conforme o USDA. Para o Brasil, as exportações de etanol ao Japão renderam US\$ 50,3 milhões no ano.

A União das Indústrias de Cana-de-Açúcar (Unica), que representa as usinas do Centro-Sul - que são as potenciais afetadas pela medida -, deve apresentar um posicionamento no processo de consulta. Ao Valor, a entidade reforçou a vantagem ambiental do etanol de cana do Brasil sobre o de milho, dos EUA.

"O etanol de cana de primeira geração, em todo seu ciclo de vida, consegue reduzir de 70% a 80% de emissões se comparado à gasolina no Japão. Num cenário em que há a mistura dos dois tipos de etanol, a capacidade de redução de emissões do país cai para 50%, já que comparativamente, o etanol de milho consegue reduzir de 26% a 33%. E nesse sentido, o biocombustível de cana acaba subsidiando o de milho, perdendo sua competitividade", defendeu a Unica.

A associação participou recentemente de uma missão ao Japão para tratar do tema e tratou com representantes do Ministério da Economia, Comércio e Indústria do país. Ainda de acordo com a Unica, "a resposta dos governantes

japoneses foi muito positiva e os dois países devem dar continuidade às discussões a respeito do programa japonês para os biocombustíveis".

VEÍCULO: Jornal do Commercio

Seção: Economia

Autor:

Título: Ampliação da Rnest no radar do MME

Ministério estuda soluções para déficit do parque de refino e produção petroquímica.

O Ministério de Minas e Energia (MME) criou um grupo de trabalho para buscar soluções e tentar resolver o déficit do parque de refino de petróleo e da produção petroquímica do Brasil. O grupo de trabalho vai definir diretrizes para estimular o investimento em refinaria no com capital nacional ou internacional.

A ampliação da Refinaria Abreu e Lima (Rnest), em Pernambuco, está no radar do grupo. A Petrobras aposta em um parceiro para concluir a construção da segunda etapa do empreendimento, inaugurado em dezembro de 2014.

No ano passado, O Brasil produziu 2,6 milhões de barris de óleo bruto por dia, mas a capacidade de refino das unidades da Petrobras é de 2,2 milhões de barris. O cenário tem feito com que O País se torne um exportador de petróleo e importador de derivados. O grupo-integrado por representantes do próprio MME, da Casa Civil da Presidência, dos ministérios da Fazenda, da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, do Planejamento e do Meio Ambiente, além da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) e da Empresa de Pesquisa Energética (EPE)-quer identificar, analisar e sugerir ações necessárias para incentivar investimentos.

O secretário de Petróleo, Gás e Combustíveis Renováveis do MME Márcio Felix, diz que o ministério tem pressa na conclusão dos trabalhos. "A próxima reunião do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) será em junho, mas será realizado um encontro extraordinário em março para discutir as diretrizes do projeto. Temos urgência nisso, porque estamos falando de grandes investimentos e que levam tempo para iniciar a produção. Pernambuco está no centro dessa discussão, em função da Abreu e Lima e da Petroquímica Suape, que está sendo comprada pela mexicana Alpec. A Rnest é uma refinaria mais moderna e com condições mais favoráveis para fazer uma ampliação", aposta.

Depois de inaugurar a primeira etapa de refino em 2014, a Petrobras anunciou que só vai concluir a segunda fase com um sócio, em função dos problemas de caixa que fizeram a estatal apostar num plano de desinvestimento. "Os

investidores chineses são fortes interessados na Rnest, porque têm tecnologia, condições de financiamento e mercado consumidor. Mas além deles, o governo também está de olho nos coreanos e indianos”, adianta Félix.

Nos próximos 10 anos, a expectativa do Brasil é alcançar uma produção de 5,5 milhões de barris de petróleo, deixando o parque de refino ainda mais deficitário se não houver investimento. A situação se agravou com os projetos das refinarias premium do Ceará e do Maranhão, que ficaram pelo caminho.

MME / ASCOM .